

Os serviços de saúde no Brasil são péssimos, ruins ou regulares para 93% dos brasileiros. Entre os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), 87% dos entrevistados têm uma avaliação negativa dos serviços oferecidos. Cerca de dois em cada dez brasileiros atribuem nota zero para ambos (saúde no Brasil e SUS). Em todas as regiões e segmentos avaliados, o índice de péssimo/ ruim é mais elevado, com destaque entre os moradores do Sudeste e regiões metropolitanas, entre as mulheres e quanto mais escolarizado for o entrevistado.

Essas avaliações integram a segunda edição de pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre o atendimento na área da saúde. Na comparação com a edição anterior, realizada no ano passado, a pesquisa reforça necessidades de aprimoramento na gestão, infraestrutura e financiamento na rede pública. A pesquisa teve abrangência nacional, incluindo áreas metropolitanas e cidades do interior de diferentes portes, moradores nas cinco Regiões do país.

Foram ouvidas 2.069 pessoas – 59% delas residentes no interior – entre os dias 10 a 12 de agosto. A amostra composta por homens e mulheres com idade superior a 16 anos ou mais respondeu a um questionário estruturado que, entre outros pontos, avaliou ainda a percepção do grupo acerca do acesso, utilização e qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS. Algumas questões também se detiveram sobre o tempo de espera pelos diferentes procedimentos e a avaliação sobre a capacidade da gestão de cuidar bem dos interesses da população nesta nevrálgica das políticas públicas e sociais.

#### [CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A PESQUISA NA ÍNTEGRA](#)

Área prioritária – De acordo com o inquérito do Datafolha, a saúde no Brasil é apontada por 43% dos entrevistados como tema que deveria ser tratado como prioridade pelo Governo Federal. Chamou a atenção o fato de que as áreas de educação (27%) e combate à corrupção (10%) tiveram crescimento na escala apontada pelos entrevistados. Contudo, apesar do avanço, a distância entre elas e a saúde permanece significativa.

O relatório da pesquisa revela ainda que a importância atribuída à Saúde é maior entre as mulheres, os mais velhos e no grupo de pessoas com menor escolaridade. Por outro lado, a educação ganha destaque entre os homens, entre os entrevistados mais jovens e com maior nível educacional.

Também constam da relação citada pelos entrevistados o combate ao desemprego (7%), segurança (6%), e combate à inflação (3%), assim como moradia, transporte e meio ambiente, todos com menos de 2% na pesquisa. O posicionamento alcançado pela saúde, o mesmo do estudo de 2014, reforça a percepção medidas em outras sondagens, o que demonstra que a saúde permanece como o grande nó da gestão em diferentes governos.

Dificuldade de acesso – Essa necessidade de que a saúde tenha maior destaque no âmbito governamental resulta de uma percepção declarada que aponta para uma grande dificuldade de acesso aos serviços da rede pública. Num primeiro momento, os entrevistados revelaram que o SUS é um sistema constantemente acionado pela população. Um total de 86% deles (diretamente ou por proximidade com alguém da família) declarou ter procurado a rede pública.

Porém, o grau de resolutividade cai à medida que o nível de complexidade dos procedimentos solicitados aumenta. Atendimento nos postos de saúde e consultas médicas foram os serviços mais procurados e os mais utilizados pela população nos últimos dois anos. Porém, na avaliação feita para cada um dos dez serviços estudados, mais da metade dos entrevistados que buscou o SUS relatou ser difícil ou muito difícil conseguir o procedimento pretendido, especialmente quando se trata de cirurgias (63%).

Atendimento domiciliar e procedimentos específicos de maior complexidade (diálise, radioterapia, quimioterapia, entre outros) – ambos com 50% – também possuem uma avaliação crítica. Dentre os dez serviços estudados, apenas aqueles que se referiam ao atendimento nos postos de saúde e à distribuição gratuita de remédios pela rede pública tiveram índice de reprovação menor, chegando a 43%.

Qualidade dos serviços – A pesquisa também procurou medir a opinião dos brasileiros sobre a satisfação com o atendimento ofertado. Mas os números estão longe de serem bons. Aproximadamente sete em cada dez pessoas que buscaram o SUS disseram estar insatisfeitos e atribuíram à rede pública como um todo conceitos que vão do péssimo a regular. As percepções mais negativas estão relacionadas aos atendimentos de emergências nos prontos-socorros (69%) e nos postos de saúde (65%).

Na sequência, com índices negativos que vão de 60% a 50%, aparecem, em ordem decrescente, consultas com médicos, exames de laboratório, internações hospitalares, consultas com não médicos, procedimentos específicos de média e alta complexidade, distribuição de remédios gratuitos e atendimento domiciliar. O serviço com avaliação menos negativa foi a oferta de cirurgias, com 45% dos entrevistados atribuindo-lhe conceitos correspondentes a péssimo, ruim e regular. Por outro lado, 55%, consideraram cirurgias boas, ótimas ou excelentes.

Para a maioria dos usuários dos serviços que deram avaliação negativa ao atendimento pelo SUS (54%), o tempo de espera (36%), o baixo número de médicos (19%) e a falta de estrutura (15%) e de organização (9%) foram os fatores que mais impactaram nesta percepção. Já para os que deram notas positivas ao Sistema Único de Saúde (46%), a pouca demora (19%), a disponibilidade dos médicos (17%), o cuidado dispensado por esses profissionais (15%) e a estrutura existente (11%) ajudaram no processo.

Tempo de espera – Dos entrevistados, 29% declararam estar à espera de atendimento na rede pública. O número é um ponto percentual menor que o de 2014. Deste grupo, 36% aguardavam para fazer consultas, 33% buscavam exames e 28% cirurgias. Neste aspecto o que se destaca é o aumento do volume daqueles que estão na fila por uma resposta do SUS há mais de seis meses. O índice passou de 29%, no ano passado, para 41%, em 2015.

Não por acaso, o tempo de espera para atendimento é o fator que tem pior avaliação no âmbito do SUS. Para 89% dos entrevistados, esta dimensão merece notas que representam os conceitos péssimo, ruim ou regular. Na sequência aparecem os seguintes aspectos: quantidade de médicos (85% de avaliação negativa), qualidade da administração das unidades (83%) e quantidade de leitos de internação ou de UTI (81%).

Problemas de gestão – Para parcela significativa dos brasileiros, a percepção ruim sobre os serviços do SUS também decorre da ausência de medidas que assegurem o bom funcionamento da rede pública. As avaliações negativas não se restringem à atividade fim do sistema de saúde (atendimento). Há críticas também à gestão e ao financiamento do SUS.

De acordo com a pesquisa, para a maioria da população (77%) o governo tem falhado na gestão dos recursos da saúde pública. Na opinião de 53% dos entrevistados, o SUS não tem recursos suficientes para atender bem a todos, de forma equânime. Por outro lado, é elevada a concordância com a ideia de que os médicos precisam de estrutura para trabalhar (93%) e que merecem ser valorizados (86%).

Para o presidente do CFM, Carlos Vital, essa percepção sobre as finanças do setor está diretamente relacionada à má gestão dos recursos públicos na área. “Levantamentos recentes elaborados pelo CFM têm denunciado a situação do financiamento e da infraestrutura da saúde no país. O último deles revelou que, entre 2003 e agosto deste ano, mais de R\$ 171 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde deixaram de ser efetivamente gastos. A população tem observado que não há

um esforço para priorizar a Saúde. Sem estes recursos, os brasileiros certamente serão ainda mais prejudicados pela falta de infraestrutura e equipamentos fundamentais para a assistência”.

Ao concluir sua avaliação, Vital lembrou ainda que “os problemas começam com a definição de prioridades e se estendem para a transposição de metas e para o orçamento e sua execução. Trata-se de um perverso ciclo, reforçado pela carência de recursos e pela descontinuidade das ações administrativas nos estados e municípios, além da leniência e da corrupção”.

**Fonte:** [CFM](#), em 13.10.2015.